

**“Aprender a ler bem é ouvir atentamente a leitura do mestre”: Terceiro Livro de Leitura,
de Abílio César Borges**

*"Learning to read well is listening carefully to the master's reading": Third Book of Reading, by
Abílio César Borges*

Márcia Cabral da Silva
Lorenna Bolsanello de Carvalho
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

Resumo

Na Primeira República, os livros de leitura endereçados às crianças escolarizadas consistiam em valioso recurso para a garantia da boa instrução. Observa-se, de um lado, a carência de materiais apropriados para o ensino. De outro, a necessidade de se acompanhar as novidades metodológicas sobre a aquisição e a consolidação da leitura. Em 1890, é publicada a 65ª edição do Terceiro Livro de Leitura, de autoria de Abílio César Borges, obra então reformada de modo a atender a tais especificidades. Neste artigo, objetiva-se examinar o conteúdo e a materialidade do livro na condição de artefato cultural historicamente situado, tendo em consideração os pressupostos teóricos e metodológicos ancorados na História Cultural (Chartier, 2011; Darnton, 1990). Os resultados alcançados facultam esclarecer as bases das teorias pedagógicas vigentes sobre o aprendizado da leitura naquele contexto.

Palavras-chave: Primeira república; Abílio César Borges; Terceiro Livro de Leitura.

Abstract

In the First Republic, reading books addressed to school children consisted of a valuable resource for ensuring good instruction. On the one hand, there is a lack of appropriate materials for teaching. On the other, the need to follow the methodological innovations on the acquisition and consolidation of reading. In 1890, the 65th edition of the Third Book of Reading, authored by Abílio César Borges, was published, a work then reformed in order to meet such specificities. This article aims to examine the content and materiality of the book as a historically situated cultural artifact, considering the theoretical and methodological assumptions anchored in Cultural History (Chartier, 2011; Darnton, 1990). The results achieved clarify the bases of current pedagogical theories on reading learning in that context.

Keywords: First Republic; Abílio César Borges; Third Reading Book.

Introdução

Nas primeiras décadas do período republicano ocorrem acirrados debates em torno do ensino público. Há que se considerar as disputas discursivas sobre a organização do sistema de ensino na passagem do Império para a República em contexto brasileiro: construção de escolas, formação de professores, índices de analfabetismo, além de material apropriado para se ensinar a ler e a escrever. Esses fatores conjugados facultam observar a importância dos livros de leitura naquele contexto.

Ao se consultar o jornal *O Paiz*, de 1892, pode-se acompanhar matéria sobre os problemas do ensino público, não assinada, o que mostra aspectos do ideário da equipe editorial, mobilizada, assim como boa parte da sociedade, em relação ao debate: “Desde os livros didáticos tudo falta ahi. O professor não tem material para o ensino. Arithmeticas, livros de leitura, papel, tinta, pennas, lapis e lousas (...) tudo é diariamente negado.” (*O Paiz*, edição 03748, 05/08/1892, p. 2). A escritora Júlia Lopes de Almeida, em crônica para o mesmo periódico em 13 de julho de 1909, retomava o debate, ao enfatizar a visita dos intendentes às escolas públicas: “assim, onde há caminhos não há escolas, e onde há escolas, ou não há professoras ou não há caminhos, e quando há caminhos e professoras, não há livros nem há papel” (Stasio, Faedrich, Ribeiro, 2016, p. 50). Vê-se, portanto, o questionamento às precárias condições das instituições de ensino ao mesmo tempo em que a aprendizagem da leitura ganhava destaque nas diversas dimensões da vida social, notadamente no âmbito escolar.

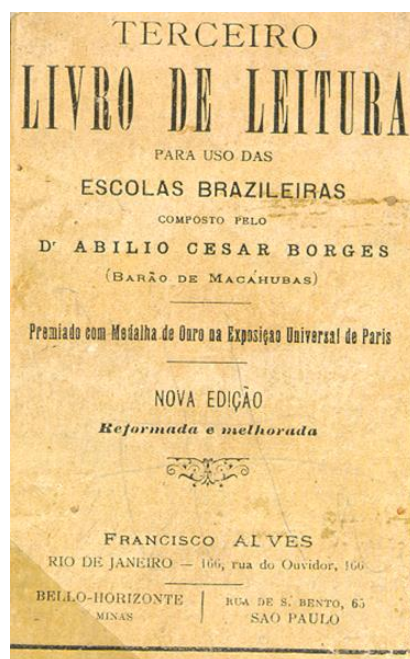
Neste estudo, busca-se examinar o *Terceiro Livro de Leitura*, de autoria de Abílio César Borges, Barão de Macaúbas, em sua 65ª edição, publicado em 1890 pela Francisco Alves e reformado de modo a atender as especificidades da recém-inaugurada república brasileira. Organiza-se a análise da obra em três partes. Na primeira, situa-se a obra do autor endereçada ao ensino. Na segunda, examinam-se o conteúdo e os protocolos de leitura (Chartier, 2011) relativos ao livro, bem como os métodos por ele orientados, observando-se se tratar de artefato cultural historicamente situado (Darnton, 1990). Pretende-se, por meio da análise da materialidade e do conteúdo do livro, mapear “as senhas, explícitas ou implícitas, que o autor inscreve em uma obra” (Chartier, 2011, p. 96). Em semelhante perspectiva analítica, Bittencourt (2004, p. 479) adverte que “nos livros didáticos existem outras informações além do seu conteúdo didático, que se encontram nos prefácios, prólogos, advertências, introduções. Nestes, é possível entrever mensagens dos autores e os possíveis diálogos com

os professores, com as autoridades e com os alunos e suas famílias”; nessa direção, o presente estudo observa, em diferentes seções do objeto-livro, orientações acerca de métodos de leitura defendidos pelo educador. Na terceira parte, são investigados os componentes da obra relacionados especificamente aos saberes de leitura e escrita. Seguem-se, por último, algumas considerações finais.

A produção de livros didáticos por Abílio César Borges, Barão de Macaúbas

Abílio César Borges (1824, Rio das Contas - Rio de Janeiro, 1891), em 1890, data da publicação da 65ª edição, já era reconhecido na produção de livros didáticosⁱ. O exame da capa, abaixo reproduzida, faculta considerá-lo um educador de prestígio, visto ter sido a obra agraciada com a medalha de ouro na Exposição Universal de Paris, ocorrida em 1889ⁱⁱ.

Figura 1. Capa do Terceiro Livro de Leitura, nova edição, reformada e melhorada, 1890



Fonte: Acervo pessoal (Borges, 1890)

Conforme Pesavento (1977) assinala, as exposições universais consistiam em emblemas para fazer chegar artefatos de toda ordem às nações consideradas modernas e civilizadas. No caso dos livros escolares, era uma demonstração de métodos de ensino alinhados à renovação no que diz respeito à produção de conhecimento e à modernização do sistema de ensino primário.

Além da premiação, destacam-se, na capa, o título, a funcionalidade atribuída à obra, o nome do autor, a informação de reformulação e melhoria e o nome da editora, com seus respectivos endereços nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, polos econômicos de relevância na Primeira República.

“Aprender a ler bem é ouvir atentamente a leitura do mestre”: *Terceiro Livro de Leitura*, de
Abílio César Borges

Na longa trajetória como educador, tendo proferido discursos contra o uso da palmatória e castigos físicos, exercido a função de Diretor da Instrução Pública da Bahia, fundado e dirigido colégios privados na Bahia, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais (Alves, 1936; Gondra, 2002a; Valdez, 2006), nota-se o investimento de Abílio César Borges na autoria de livros endereçados ao ensino, conforme se lê na quarta capa do *Terceiro Livro de Leitura*, de 1890:

Primeiro livro de leitura. Novo primeiro livro de leitura (Leitura universal). Livro do Povo ou Syllabario brasileiro. Segundo livro de leitura. Terceiro livro de leitura, Quarto livro de leitura. Quinto Livro de leitura. Resumo da Grammatica portuguesa. Epítome da Grammatica franceza. Desenho linear ou geometria pratica popular. Luziadas de Camões. (edição escolar). Cantos escolares com um Compendio de Musica. Pequeno tratado de leitura em voz alta. Methodo para o ensino pratico da língua franceza (Quarta capa do *Terceiro Livro de Leitura*, 1890).

Merecem relevo ao menos dois conjuntos nessa produção: gramáticas e livros de leitura. A lógica que fundamenta os livros de leitura em graduação – do primeiro ao quinto – nesse período, responde aos pressupostos epistemológicos regulados pela legislação vigente à época. O regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal traz alguns esclarecimentos sobre a organização do ensino de leitura e de escrita, consoante à utilização dos livros de leitura graduada na instrução elementar.

Na Primeira República, o ensino primário estava previsto para ser ministrado no Distrito Federal em escolas públicas de duas categorias: escolas primárias de primeiro grau e escolas primárias de segundo grau. As escolas do primeiro grau admitiam alunos de 7 a 13 anos de idade e as do segundo grau, de 13 a 15 anos. O nível inicial de ensino estava organizado em três cursos: o elementar (para alunos de 7 a 9 anos), o médio (para os de 9 a 11 anos) e o superior (para os de 11 a 13 anos), sendo “gradualmente” desenvolvido em cada curso o estudo das diferentes disciplinas, como se pode ler no artigo terceiro:

Artigo 3º O ensino das escolas primarias do 1º gráo, que abrange tres cursos, comprehende:
Leitura e escripta;
Ensino pratico de língua portugueza;
Contar e calcular. Arithmetica pratica até regras de tres, mediante o emprego, primeiro dos processos espontaneos, e depois dos processos systematicos;
Systema metrico precedido do estudo da geometria pratica (tachymetria);
Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil;
Lições de cousas e noções concretas de sciencias physicas e historia natural;
Instrução moral e civica;
Desenho;
Elementos de musica;

Gymnastica e exercicios militares;
Trabalho manuaes (para os meninos);
Trabalhos de agulha (para meninas);
Noções praticas de agronomia (Brasil, 1890, p. 3.475).

O pressuposto geral para o ensino das disciplinas obedecia a uma lógica de progressão, como se observa em relação ao ensino da leitura e da escrita, ensino de língua portuguesa e ensino de aritmética e geometria. Sublinha-se, portanto, que a produção de livros de leitura graduada seguia aquele mesmo princípio. Por intermédio da análise dos demais itens do programa de leitura, constantes no Regulamento, infere-se que o aluno teria as primeiras noções de leitura e de escrita em exercícios “graduados e simultâneos”, em ditado de frases progressivamente mais difíceis, em “ensaio” de leitura em prosa, em exercícios de leitura “corrente” em prosa, sendo observados todos os sinais ortográficos. Ainda para o curso elementar (primeira e segunda classe), estavam previstos, para a disciplina Língua Portuguesa, o domínio de exercício orais, objetivando ao aluno se expressar corretamente, primeiras noções gramaticais, incluindo noções de substantivo, adjetivo e verbo e, no que diz respeito à escrita, exercícios por meio de ditado.

A partir da primeira classe do curso médio orientava-se, no âmbito do ensino de Língua Portuguesa, que, além da revisão do programa do nível anterior, os alunos fossem instruídos para “redação fácil” e para os “primeiros ensaios de invenção”.

Essa compreensão de ensino orientada pela tradição de estudos da retórica, poética e gramática faz parte da história da constituição da língua portuguesa na condição de disciplina escolar que, segundo apreciação de Soares (2012), ocorreu tardiamente no Brasil. Durante o período colonial, prevaleciam os estudos de leitura e gramática voltados para o ensino do latim; esse quadro sofreu modificações apenas quando, em meados do século XVIII, o Marquês de Pombal estabeleceu como obrigatórios o uso e o ensino da língua portuguesa no país. Entretanto, a adição da língua portuguesa como componente curricular, em um primeiro momento, não promoveu rupturas estruturais nos métodos e nos materiais, tendo, na verdade, sido abordada juntamente ao estudo do latim. Aos poucos, com a queda no prestígio do latim, o português ganhou proeminência nos níveis primário e secundário ao ponto de o ensino de latim não constar na legislação de ensino da Primeira República, dando espaço ao ensino de língua portuguesa, com fortes heranças, no entanto, da tradição latina.

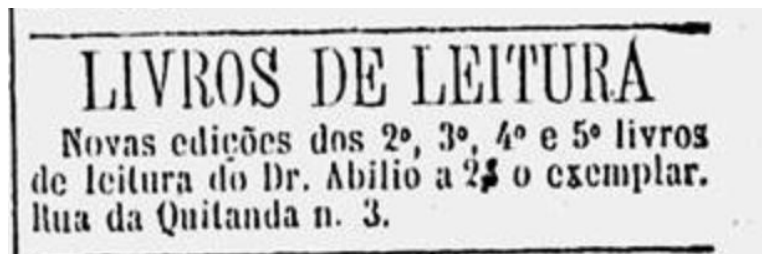
“Aprender a ler bem é ouvir atentamente a leitura do mestre”: *Terceiro Livro de Leitura*, de
Abílio César Borges

Nessa perspectiva analítica, no tópico seguinte examina-se o *Terceiro Livro de Leitura*, reformado e melhorado, no contexto histórico da Primeira República brasileira.

***Terceiro Livro de Leitura*, 1890, 65ª edição**

O *Terceiro Livro de Leitura* para uso nas escolas primárias, de 1890, 65ª edição, foi editado pela Francisco Alves, localizada à época na rua do Ouvidor, 166, Rio de Janeiro, com filial em Belo Horizonte e em São Paulo. Na qualidade de Livraria Francisco Alves, a também editora se destacou na produção do livro didático. Francisco Alves adotava uma política para os autores, os quais, segundo Bragança (2016), eram tratados com respeito, até mesmo quando se tratava da divisão dos lucros obtidos com as vendas. Outro ponto de destaque na visão editorial do livreiro-editor dizia respeito às reedições: prática recorrente por parte de Francisco Alves, que lhe conferia o status de bom vendedor. Não é de se estranhar, portanto, que, no período de vinte anos entre a primeira edição do *Terceiro Livro de Leitura* em 1870 e a 65ª edição em 1890, estima-se uma média de três edições por ano, cifra notável para o comércio de livros no período. Essa tendência, inclusive, pode ser identificada em anúncios em anos posteriores, como se observa na figura a abaixo:

Figura 2. Anúncio de reedições dos 2º, 3º, 4º e 5º Livros de Leitura



Fonte: O Paiz, edição 04291 (1), 09/07/ 1896, p. 5, Hemeroteca Digital da FBN

O sucesso de vendas dos livros de leitura produzidos pelo Barão de Macaúbas merece destaque, levando-se em consideração o contexto do incipiente mercado livreiro no Brasil à época, marcado pela forte importação e tradução de obras estrangeiras e pelo pouco incentivo à produção nacional (Hallewell, 2017). Assim, o *Prólogo da Sexagésima Quinta Edição* da obra se inicia com uma alusão à distinção do sucesso de vendas por meio da menção ao esgotamento da sexagésima quarta edição. A necessidade de uma nova edição, por sua vez, oportunamente coincidia com o momento histórico de Proclamação da República, como afirma o autor:

Tendo-se esgotado a sexagésima quarta edição deste livro, justamente quando foi proclamada a República dos Estados Unidos do Brasil, tratei logo de reformá-lo para a presente edição, pondo-o em harmonia com a nova organização social e tornando-o ao mesmo tempo mais interessante e mais apropriado ao ensino da geração, que desponta, e portanto mais útil (Borges, 1890, p. V).

A imediata reformulação da obra aos princípios republicanos sugere a representação de um autor atento às mudanças sociais, capaz de adequar os métodos de ensino às necessidades da nova geração. Para isso, as características “interessante” e “útil” são utilizadas como balizas de qualidade para a organização social que desponta. De acordo com Circe Bittencourt (2004, p. 484), um movimento de renovação do ensino, inspirado muitas vezes em modelos estrangeiros, como o norte-americano, unia intelectuais republicanos pautados no discurso de democratização do saber escolar e de educação laica, em oposição ao ensino tradicional fundamentado em métodos da igreja católica. Além de Abílio Borges, Bittencourt (2004) cita João Köpke como representantes do discurso renovador.

Ainda no prólogo, o autor cita algumas das atualizações promovidas no texto, dentre elas listam-se: a supressão de um “longo artigo” intitulado “Constituição do império”, a mudança de nomenclatura de províncias para estados; a substituição de cartas do padre Antônio Vieira e de excertos de autores clássicos por “outros artigos concisos de ciência prática elementar, ou versando sobre assumptos amenos e de fácil compreensão” (Borges, 1890, p. V). Nota-se, portanto, a substituição de textos longos, considerados por ele obsoletos, que “se tornavam antipáticos aos pequenos leitores” (Borges, 1890, p. V), por textos menores, considerados mais dinâmicos e instigantes. Verifica-se, ainda, no prólogo, um movimento de valorização do caráter científico dos textos, em detrimento ao seu status clássico. Com o intuito de se elevar a educação do povo e de se bem instruir a infância, as duas parcelas da sociedade a serem corrigidas e elevadas a níveis intelectuais “civilizados”, ganha espaço no ideário dos primeiros períodos da República a racionalização do conhecimento, elevando-se o saber genérico a estatuto de cientificidade, conforme sublinham Costa e Schwarcz (2000).

Após o prólogo, o livro contém a *Introdução à primeira edição*, na qual o autor se propõe a apresentar a abordagem e a metodologia de ensino inerentes à obra. A condição de texto produzido para a primeira edição – e reproduzido na sexagésima quinta – sugere que tanto os métodos criticados quanto as reformas ali propostas acompanhavam a reflexão pedagógica de Borges há pelo menos duas décadas.

A *Introdução à primeira edição* se inicia com os “defeitos do ensino primário”, seção dedicada a críticas ao método de ensino de leitura comumente empregado em sala de aula, caracterizado como “penoso”, “enfadonho”, “deprimente”, gerando “dores” e “lágrimas”. Atribui-se a conseqüente falta de interesse do estudante pela leitura ao método de ensino por letras isoladas, que teriam como resultado um sujeito capaz de ler apenas reproduzindo informações, sem consciência do que faz, “como um papagaio”. Para o autor, os tradicionais estudos da gramática e da ortografia eram facilmente esquecidos, já que teriam como princípio o método especulativo segundo o qual deveriam ser decoradas definições, regras e exceções.

Assim, opondo-se ao método fonético e de soletração alinhado ao ensino dito tradicional, Borges passa a propor reformas para o campo do ensino de leitura, gramática e ortografia. A primeira delas refere-se à priorização ao aprendizado da leitura, devendo ser a escrita e a gramática posteriores a esse processo. A segunda diz respeito à abordagem do ensino de gramática, que precisaria ser mais prático do que teórico. A terceira refere-se à substituição das lições decoradas de ortografia pela prática de exercícios. Borges (1890, p. X), de modo inovador para o período, explicitamente defende, portanto, que o ensino de língua portuguesa (e de outras disciplinas) precisaria ser pautado no mundo prático: “Eu quizeria, pois, por bom da instrução publica do meu paiz, ter autoridade bastante para convencer a todos os professores, de que em todas as matérias deve o ensino concreto e experimental preceder ao theorico o abstracto”. Segundo Gontijo (2012), essa abordagem reformista do ensino de linguagem, conhecida como método analítico, partia da observação do mundo real e do uso de vocabulário comum aos estudantes, apreciando-se, em um primeiro momento, o todo, ou seja, a palavra, para, em seguida, decompô-la nas partes que a constituem na fala e na escrita (fonemas, letras e sílabas). Esse método, que supera o processo de soletração, está comprometido com a construção do sentido pelos educandos (Gontijo, 2012).

Para promoção dessa abordagem, é apresentado como referência o pedagogo francês Célestin Hippeau (1803-1883), a quem Borges presta louvor pelas contribuições teóricas que, segundo o autor brasileiro, estavam sendo estudadas na Europa, centro econômico, político e social à época, e desenvolvidas nos Estados Unidos, cujo programa escolar foi percebido como signo de modernidade pedagógica (Gondra, 2002b). Sua admiração pelo trabalho do teórico pode ser observada, por exemplo, em:

E si alguma cousa me podesse tornar vaidoso dos meus esforços e estudos para o melhoramento do ensino me minha patria, seria certamente o facto de no Gymnasio Bahiano empregar eu desde alguns annos, em muita parte, esses methodos de que tão completa noticia dá Mr. Hippeau no seu notável relatório, e que, segundo o mesmo, dão aos Estados Unidos incontestável superioridade em tudo quanto respeita á instrução publica (Borges, 1890, p. XIV-XV).

A respeito dos relatórios mencionados por Borges, tratava-se de um texto, apresentado ao Ministro de Instrução Pública da França, em que Hippeau examina os métodos desenvolvidos nos Estados Unidos em termos educacionais. Em seu estudo, Gondra (2002b) apresenta evidências da circulação e da apropriação desse material por intelectuais brasileiros nos anos de 1870. Além dos relatórios redigidos por Célestin Hippeau sobre a organização da instrução pública na Europa e na América, mencionados por Borges, Hippeau lecionou em vários colégios franceses e, em 1840, redigiu em Paris junto com B. Julien o jornal mensal de educação – *L'Enseignement*, voltado para o exame de obras de educação, assim como publicou vários artigos relativos à instrução pública em jornais diários e especializados (Bastos, 2002)

Outro aspecto a ser destacado é a presença, nessa introdução à obra, de uma crítica explícita ao uso da palmatória, instrumento capaz de “amargurar-lhe [aos alunos] os candidos e innocentes dias da infância, e a fazer-lhes odiosos o mestre, a escola e o estudo!” (Borges, 1890, p. VIII). O posicionamento de Borges contrário ao uso de castigo físico no ensino é relevante e inovador, uma vez que a questão gerava dissenso e enfrentava a resistência de professores:

A palmatória, o chicote, a vara, as carteiras, os livros, o quadro de giz e outros objetos faziam parte da cultura escolar daquele tempo histórico. Mesmo após a proibição de castigos físicos, a palmatória adentrava no século XX como um artefato ainda inserido na cultura material escolares (Aragão; Freitas, 2012, p. 17).

A obra é composta por cinquenta (50) capítulos, contendo textos, com extensões variadas, abrangendo diversas áreas de conhecimento. Por fim, consta um *Índice das materias* que associa o título dos capítulos à respectiva paginação. O livro, de considerável extensão, contém 268 páginas. No quadro abaixo relacionam-se os títulos dos capítulos a campos do conhecimento, categorizados, inicialmente, a partir das orientações presentes no Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890, *Regulamento da Instrucção Primaria e Secundaria do Districto Federal*. Uma vez que alguns textos não se enquadravam nos campos de conhecimento indicados no decreto, novas categorias foram criadas. A seguir, registra-se o quadro-síntese da análise:

*“Aprender a ler bem é ouvir atentamente a leitura do mestre”: Terceiro Livro de Leitura, de
Abílio César Borges*

Quadro 1. Os capítulos do livro relacionados a categorias de análise

Campos de conhecimento	Capítulos do livro	Quantidade de capítulos
Ensino prático de língua portuguesa	Regras para se ler bem; Regras para se escrever bem	2
Elementos de geografia e história, especialmente do Brasil	Noções de geografia geral, e da particular do Brasil; Divisão administrativa do Brasil; Divisão ecclesiástica do Brasil; Produções naturaes do Brasil; Noções de História do Brasil, desde seu descobrimento até sua independencia; Formas de governo	6
Lições de cousas e noções concretas de ciências físicas e história natural	Introducção ao estudo do universo; Divisão dos seres da natureza; Reino mineral; Reino vegetal; Reino animal; Noções de astronomia; Preceitos de hygiene para a conservação da saúde	7
Instrução moral e cívica	Regras de moral e civilidade; Do modo de se comportar à mesa; Amor, obediência e respeito para com os paes; Respeito e obediência às autoridades; Como devem proceder os meninos com os mestres	5
Noções práticas de agronomia e produção de insumos	Noções de agricultura; O gaz de iluminação; O sabão. Maneira de fabrical-o; A pólvora. Sua fabricação; A seda. Notícia sobre os bichos que a produzem, e como se colhe; O vidro. Como foi descoberto, de que, e como se faz; O chá, países que o produzem, como é colhido e preparado; O sal. Como, de que e de onde se extrahe; O papel. De que e como se fabrica; A gomma elástica. De onde e como se extrahe. Seus usos; As ostras. A madreperola. As perolas; A esponja.	12
Textos literários	Coração. Amor de mãe; Amor de pae; O lenhador (fabula); O velho, o rapaz e o burro (fabula); Os fructos do trabalho; Os meninos abençoados por Jesus; Vantagens da união; Parábola do filho prodigo; Poesias de Gonçalves Dias. Noticia biographica sobre o poeta; Canção do Exilio; Adeus a meus amigos; Minha Terra. Poesia de Casimiro de Abreu, precedida de noticia biographica sobre o poeta; Perseverança	13
Textos para a rotina	Hymno do menino christão pela manhã; Hymno do menino christão à noite; Manhã. Poesia a uma menina; Noite. Poesia a uma menina	4
Personalidades notáveis	Biografia de José Bonifácio de A. e Silva	1

Fonte: Elaboração própria

Em função do recorte deste estudo, analisam-se os textos relacionados ao campo de conhecimento “Estudo prático de língua portuguesa” e “Textos literários”. No entanto, em um primeiro momento, em função da riqueza de informações presentes na seleção textual realizada por Borges, cabem algumas ressalvas de caráter mais amplo. É interessante observar que uma categoria com abundante número de capítulos é a de *Noções práticas de agronomia e produção de insumos*. Isso provavelmente se deve à perspectiva nacionalista inerente à obra, cuja abordagem de valorização do Brasil e de seus recursos era apresentada como função social da educação pública, nas palavras de Borges:

[...] e as ideias sobre que insistem os mestres, e os livros postos nas mãos dos discípulos, têm por fim fazel-os conhecer os recursos financeiros industriaes e commerciaes da terra natal, suas produções, a natureza e excellencia de suas instituições publicas, em summa tudo que póde gravar no coração o amor da patria, e uma confiança ilimitada na grandeza dos seus destinos (Borges, 1890, p. XIV).

Além disso, para além de textos de “Instrução moral e cívica” tal qual oficialmente regulamentado nas diretrizes nacionais, a obra apresenta textos diversos que orientam comportamentos socialmente valorizados à época. Esse fato relaciona-se a outra função social da escola defendida por Borges:

Mas não é só da instrucção propriamente dita que se deve occupar a escola: tem ella outra missão mais séria, mais alta, mais nobre, e direi até mais santa. É a que entende com o character do menino, isto é, com a direcção de suas faculdades intellectuaes e moraes; a saber, a que alumia a consciencia moral, e forma o coração; a que funda nos meninos o amor da família, da patria, da humanidade; a que, em summa, illustra a razão e dirige os affectos.

Por outra, e em breves termos, deve a instrucção primaria ser a reunião de todas as influencias moraes, religiosas e sociais que, cercando o homem desde os primeiros annos, constituem a vida intima do indivíduo, e perpetuam a vida nacional dos povos (Borges, 1890, p. XV).

Essa abordagem pedagógica que primava pela regulação comportamental dos estudantes é indício da força da estatura cultural da escola no período na proposição de um sistema de ensino que codifica normas de agir (Boto, 2018) para além dos documentos oficiais norteadores do sistema escolar. Nesse sentido, a escolha temática dos textos realizada por Borges reforça protocolos de comportamento em um projeto civilizatório, na direção em que descreve Boto (2018, p. 158) “no interior da escola, são conscientemente mobilizados preceitos e roteiros de comportamento que terão como propósito o desenvolvimento de um *ethos* civilizatório que é exterior ao próprio lugar público ocupado pela escola”; tal projeto, na perspectiva da autora (Boto, 2018), pode ser identificado ao se investigar os impressos de uso didático, conforme descrito na seção a seguir.

Ensino de leitura e escrita: ecos do sentimento nacional

Com relação aos conhecimentos e às habilidades específicas do ensino de língua portuguesa no período, os dois capítulos iniciais do livro apontam as prioridades, que seriam a leitura e a escrita: “Regras para se ler bem” e “Regras para se escrever bem”. Pressupunha-se que, para ter acesso ao *Terceiro livro de leitura*, o estudante deveria “já ler palavras, proposições e até páginas inteiras” (Borges, 1890, p. 1). Para o autor, a boa leitura precisaria ser realizada com “moderação, mudando o tom da voz, e dando as pausas convenientes segundo requerem o objecto da leitura e dos diferentes signaes da pontuação”. O texto se detém na relação entre pausas e leitura (silêncio e voz) de acordo com a presença dos sinais de pontuação, detalhando o uso de cada um e dando exemplos de leituras adequadas e inadequadas. Desse modo, o livro privilegia a leitura em voz alta, afirmando que:

O tom da voz e a expressão de quem lê devem ser conformes o assumpto da leitura; de tal sorte que, ouvindo-se ler, ainda á distancia de se não poderem distinguir as palavras, conheça-se pela só modulação da voz, si versa a leitura sobre assumpto alegre ou triste, si exprime coragem ou receio, si reprehensão, louvor, etc., etc. (Borges, 1890, p. 3-4).

Evidenciam-se, nesse trecho, orientações relacionadas à modulação da voz e o uso das pausas, elementos que precisam estar associados aos sentidos do texto, exprimindo determinadas sensações aos sujeitos que escutam a leitura. Assim, a leitura não era compreendida como mera decodificação de signos verbais; de maneira diversa, o ensino de leitura deveria estar fortemente comprometido com a construção de sentidos pelo leitor, que agiria como um orador. Nesse contexto, a seleção de temas dos textos ganha especial relevância, conforme detalharemos a seguir.

Tanto as orientações em relação à leitura quanto à escrita contêm a ideia seminal de imitação dos mestres: “Mas o melhor meio para se aprender a ler bem é ouvir attentamente a leitura do mestre, ou de qualquer bom leitor, e repetil-a, procurando imital-os” (Borges, 1890, p. 4); “todo o cuidado dos meninos deve concentrar-se em imitar com a maior perfeição possível os traslados que lhes dão seus mestres; porque só assim poderão chegar a fazer boa lettra” (Borges, 1890, p. 5). A imitação de bons exemplos é importante premissa desse método de ensino. Ademais, evidencia-se a responsabilidade do docente na constituição formal da escrita e da leitura; afinal, a boa escrita e a boa leitura partiam de declamações claras e de caligrafias bem definidas. Especificamente em relação à escrita, o *Terceiro livro de leitura* de Abílio Borges dá destaque às habilidades de “fazer boa letra, escrever as palavras

correctamente, e aplicar convenientemente os signaes da pontuação” (Borges, 1890, p. 8).

Mas, como afirmado no prólogo à edição, as principais reformulações do livro em uma perspectiva de atualização ao sentimento republicano dizem respeito ao caráter e à extensão dos textos selecionados para a leitura. Boto (2018, p. 156) afirma que “A escola de Estado dispõe-se, na vida em sociedade, a falar de certos assuntos com o fito de criar um repertório comum das crianças, passível de se estabelecer como repertório comum da nação”. Nesse sentido, convém examinar as características dos textos literários apresentados na obra, a fim de se compreender como sua seleção constrói um repertório de leitura que se considerava adequado à geração que despontava na recém-inaugurada República.

Entre os textos literários selecionados, há, principalmente, textos moralizantes em prosa e em versos, categorizados como fábulas, as quais orientam comportamentos e bons modos; além de poesias que exaltam a nação, produzidas por escritores consagrados pelo cânone.

As fábulas enaltecem o trabalho, o casamento e a religiosidade cristã, pilares que discursivamente eram identificados na Primeira República como elementos constituintes de uma sociedade próspera. A título de exemplificação, destacam-se os parágrafos finais do texto “O lavrador e seus filhos ou os fructos do trabalho”. Na narrativa, um pai à beira da morte, chama seus filhos e pede que não vendam as terras de seus antepassados, informando que ali haveria um tesouro escondido. Bastaria que revolvessem a terra e, assim, um dia encontrariam a fortuna oculta:

Morto o pae, puzeram-se logo os filhos em actividade; cavaram, reviraram, mexeram, remexeram a terra toda e em todos os sentidos, o que concorreu para produzir a mesma cem vezes mais do que nos annos antecedentes; e assim tiveram grande abundancia, além de lucros extraordinários.

Nada porém do tesouro occulto.

E o pai muito sabio foi de, por tal engano, mostrar-lhes que o trabalho é um thesouro (Borges, 1890, p. 181).

A esta narrativa, segue-se um texto explicativo indicando as virtudes advindas do trabalho árduo – seja ele corporal ou intelectual –, compreendido como “um dever para o homem” (Borges, 1890, p. 181), conforme orientado pela “lei divina” (Borges, 1890, p. 181).

As poesias, por sua vez, assinadas por Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu se destacam pelo tom patriota, que aponta as belezas e as qualidades da nação, as quais se deve admirar e defender. Trata-se de “Canção do Exílio”, “Adeus aos meus amigos do Maranhão” e “Minha

terra”. Esse repertório literário de louvor à terra, sem a seleção de textos que evidenciassem as contradições inerentes à formação da nação, possivelmente tinha como objetivo a constituição de um sentimento comum ufanista de glorificação do país. Some-se a isso a perspectiva de leitura em voz alta nos termos orientados pela obra, cujo resultado seriam declamações com entonações coerentes com o teor de enaltecimento dos textos.

Considerações finais

Os livros de leitura são dispositivos que permitem observar o ideário de um tempo histórico, assim como a configuração de disciplinas referidas às culturas escolares. No caso do *Terceiro Livro de Leitura*, reformado e melhorado, em razão das ditas transformações motivadas pelo período republicano, procurou-se examinar, em particular, os discursos registrados pelo autor na obra a par da legislação vigente. De tal maneira, na primeira parte, nota-se um tipo de obra digna de ser apresentada na Exposição Universal de Paris e laureada com medalha de ouro, o que sugere reconhecimento tanto para Abílio César Borges quanto para o *Terceiro Livro de Leitura* para uso nas escolas primárias.

Na segunda parte, em face do exame referido ao conteúdo a par dos protocolos de leitura também analisados (Chartier, 2011; Darnton, 1990), sublinhou-se a apresentação do método, inspirado em modelos europeus e norte-americanos permeados por ideais civilizatórios de modernidade pedagógica. Além disso, foi apresentado um mapeamento dos textos, de variados campos de saber, selecionados para a composição da obra.

Na terceira parte, cuja ênfase recai sobre os saberes pedagógicos voltados especificamente para o ensino de língua portuguesa, ressaltou-se, em especial, o método de leitura de marcha analítica, com ênfase na observação dos alunos, na arte da boa leitura e dos textos considerados emblemáticos com vistas à imitação do comportamento exemplar e dos preceitos advindos da religiosidade cristã.

Referências

- ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. Práticas dos castigos escolares: enlances históricos entre normas e cotidiano. **Conjectura**, v. 17, n. 2, p.17-36, maio/ago. 2012.
- ALVES, Isaías. **Vida e obra do Barão de Macaúbas**. Rio de Janeiro: Edições Infância e Juventude, 1936.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Leituras da ilustração brasileira: Célestin Hippeau (1803-1883). **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 3, p. 1-46, jan./jun. 2002.

BITTENCOURT, Circe. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BORGES, Abílio César Borges. **Terceiro Livro de Leitura para Uso das Escolas Brasileiras**. 1ªed. Bruxelas: Typographia e Lithographia E. GUYOL, 1870.

BORGES, Abílio César Borges. **Terceiro Livro de Leitura para Uso das Escolas Brasileiras**. 65ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1890.

BOTO, Carlota. A civilização escolar pelos compêndios didáticos de formação de professores. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 155-178, jul./ago. 2018. DOI 10.1590/0104-4060.58075 Acesso em: 10 jan. 2025.

BRAGANÇA, Aníbal. O livreiro-editor Francisco Alves e os direitos do autor. In: BRAGANÇA, Aníbal (org.). **Rei do Livro: Francisco Alves na História do Livro e da Litura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói: Lihed/UFF, 2016. p. 31-54

BRASIL. **Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890**. Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos>. Acesso em: 15 dez. 2024

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da Leitura**. 5a Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 77-106.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lília Mortitz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DARNTON, Robert. Parte III. A palavra impressa. In: DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 107-172.

GONDRA, José Gonçalves. Abílio César Borges – verbete. In: FÁVERO, Maria de Lourdes e Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). **Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; MEC- INEP, COMPED, 2002a, p. 35-44

GONDRA, José Gonçalves. **Olhos na América**. Uma leitura dos relatórios de C. Hippeau. **Educar**, Curitiba, n. 19, p. 161-185. 2002b.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. O método de ensino da leitura e da escrita no método Lição de Coisas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 103-120, jan./mar. 2011.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

O Paiz. Rio de Janeiro: edição 03748, 05/08/1892, p. 2

O Paiz. Rio de Janeiro: edição 04298 (1), 09/07/1896, p.5

“Aprender a ler bem é ouvir atentamente a leitura do mestre”: Terceiro Livro de Leitura, de
Abílio César Borges

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **As exposições universais**. Espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da Norma**. 3ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

STASIO, Angela Di; FAEDRICH, Anna; RIBEIRO, Marcus Venicio (org.) **Dois dedos de prosa: o cotidiano carioca por Júlia Lopes de Almeida**. Cadernos na Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: FBN, Coordenadoria de Editoração, 2016.

VALDEZ, Diane. **A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)**. 2006. 319 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

Notas

ⁱ Conforme assinala um dos biógrafos do educador, Isaías Alves, Abílio César Borges publicou o *Terceiro Livro de Leitura* em Bruxelas em 1871 (Alves, 1936). Em verbete elaborado por José Gondra (2002a), notam-se Antuérpia, 1872 e 1881. Em consulta na seção de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional, observou-se 1ª edição datada de 1870, Bruxelas. Neste artigo, considera-se esta última referência.

ⁱⁱ O Brasil participou do evento, que comemorava o centenário da República francesa, por meio da exposição de objetos diversos – livros, mapas, coleções - e instrumentos científicos.

Sobre as autoras

Márcia Cabral da Silva

Professora Titular na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Ciências Humanas/ Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação (GRUPEEL/CNPQ).

E-mail: marciacs.uerj@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8748-5893>

Lorena Bolsanello de Carvalho

Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista CNPq. Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Licenciada em Letras pela Universidade do Estado do Pará. Professora de Língua Portuguesa e Literatura do Colégio de Aplicação da UFRJ.

E-mail: lorennabolsanello@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0717-1825>

Recebido em: 04/07/2025

Aceito para publicação em: 10/08/2025